

Added Value Demonstration: Application Analysis at a Federal University

Abel Dionizio Azeredo³

Considerando a preocupação da sociedade com questões relacionadas aos assuntos sociais e ambientais, as entidades, sejam elas públicas ou privadas, percebem quase que uma obrigação de prestar contas à sociedade acerca da sua atuação. Portanto, levando em consideração que, as universidades federais brasileiras são mantidas com recursos públicos e, devem demonstrar informações transparentes acerca das ações voltadas ao social e ao ambiental, o objetivo deste artigo foi o de elaborar a demonstração do valor adicionado (DVA) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e, analisar os dados dos períodos de 2019 e 2020. O trabalho mostra-se relevante ao propor uma maneira para a UTFPR prestar contas à sociedade e, ainda que a DVA não seja de publicação obrigatória, justifica-se pela necessidade de transparência do setor público para com a sociedade. Para o estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram uma pesquisa aplicada, bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Foi possível concluir que, mais de 80% (oitenta por cento) da riqueza gerada pela universidade estudada é distribuída para empregados e, que o superávit retido é de menos de 3% (três por cento). Dessa forma, foi possível inferir que a divulgação do DVA pode reduzir o tempo para respostas de demandas relativas ao acesso à informação. Para estudos futuros, recomenda-se a aplicação da demonstração proposta em outros níveis de governo, propostas de automatização na geração da DVA no setor público.

Palavras-chave: Responsabilidade social e ambiental. Universidades federais. Demonstração do Valor Adicionado.

3- Possui formação em Física (Bacharel pela UFPR, Mestre e Doutor pelo IFT/UNESP) e em Direito (Bacharel pela UFRR e Especialista pela Escola de Magistratura do Paraná - EMAP). É Professor do Departamento Acadêmico de Física e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, ambos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Ponta Grossa.

ABSTRACT

Considering society's concern with issues related to social and environmental issues, entities, whether public or private, perceive almost an obligation to be accountable to society about their performance. Therefore, taking into account that Brazilian federal universities are maintained with public resources and must demonstrate transparent information about social and environmental actions, the objective of this article was to prepare the statement of the added value (DVA) of the University Federal Technological of Paraná and, analyze the data for the periods of 2019 and 2020. The work is relevant by proposing a way for UTFPR to be accountable to society and, although the DVA is not mandatory publication, it is justified by the need transparency of the public sector towards society. For the study, the methodological procedures used were an applied research, bibliographical and documentary, with a qualitative approach. It was possible to conclude that more than 80% (eighty percent) of the wealth generated by the studied university is distributed to employees and that the retained surplus is less than 3% (three percent). Thus, it was possible to infer that the disclosure of the DVA can reduce the time to respond to demands related to access to information. For future studies, it is recommended the application of the proposed demonstration at other levels of government, proposals for automation in the generation of VAD in the public sector.

Keywords: Social and environmental responsibility. Federal Universities. Value added statement.

1 INTRODUÇÃO

É cada vez mais visível a preocupação da sociedade com aspectos sociais e ambientais das entidades, sejam elas públicas ou privadas. Nesse sentido, Sánchez, Bolívar e Hernández (2015) afirmam que é crescente a demanda dos *stakeholders* por informações transparentes e responsáveis. Ainda, de acordo com Alonso-Almeida *et al* (2015), a sociedade começa a exigir informações de outras organizações, como órgãos públicos e universidades.

Por sua vez, a contabilidade acompanha as demandas da sociedade desde os seus primórdios, seja por meio de usos e costumes, seja por meio de leis, assim, tanto no Brasil quanto no mundo, as práticas contábeis são produtos da sociedade atual (HEISSLER; VENDRUSCOLO; SALLABERRY, 2018).

Segundo Reis, Rigo e Farinon (2020), as organizações, de maneira geral, objetivam apresentar as informações contábeis e financeiras aos usuários interessados no patrimônio e na atividade desenvolvida pela entidade.

Dentre os tipos de demonstrações existentes, temos aquelas que são obrigatórias pela legislação e aquelas que são divulgadas de maneira voluntária. No setor privado, diante da exigência da sociedade, muitas empresas acrescentam a divulgação de informações voluntárias, além daquelas obrigatórias.

No setor público, conforme leciona Augustinho (2013), o elemento fundamental na transparência das contas públicas é a contabilidade, que, por intermédio de informações confiáveis, permite que a sociedade tenha conhecimento e controle da gestão pública. Para apresentar tais informações, as demonstrações contábeis, também denominados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs), são as ferramentas apropriadas (CFC, 2016).

Assim, os fatores sociais e ambientais são detalhados, legitimados e comunicados para a comunidade (FREITAS; FREIRE, 2017). Diante disso, o objetivo deste trabalho foi

elaborar um modelo de Demonstração do Valor Adicionado para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e apresentar, caso haja, benefícios com a sua publicação.

Para tanto, será proposto e analisado o modelo normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio resolução 1.138 de 21 de novembro de 2008, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade TG 09, nominada Demonstração do Valor Adicionado.

A demonstração do valor adicionado, também denominada DVA, é uma demonstração contábil, legalmente obrigatória apenas para as sociedades anônimas de capital aberto (BRASIL, 2007), mas não há impedimento para sua apresentação de maneira facultativa.

Essa demonstração representa de um dos elementos componentes do balanço social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período (CFC, 2008). Assim, a relevância do estudo está em apresentar e analisar uma demonstração da riqueza criada pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e a forma da distribuição, para a sociedade, nos anos de 2019 e 2020.

Tal estudo visa contribuir para aplicação de uma ferramenta para a UTFPR prestar contas à sociedade e tem como justificativa a necessidade de transparência do setor público para com a sociedade, sendo a DVA um instrumento de transparência.

No tópico seguinte será apresentado o referencial teórico, que dará base para a análise dos dados. Complementando a estrutura do artigo, no terceiro tópico será apresentada a metodologia utilizada para alcance do objetivo e da coleta dos dados, estes dados serão analisados no quarto tópico, e logo adiante serão apresentadas as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar o presente estudo, este tópico aborda estudos e conceitos acerca da contabilidade, da demonstração do valor adicionado e sua estrutura, além da demonstração de variações patrimoniais.

2.1 Contabilidade

Para Silva *et al* (2021) a contabilidade, por ser uma ciência social, sofre influências ocasionadas por mudanças políticas, sociais e econômicas, e tem seus desafios.

Dentre os desafios está o de atender aos anseios da sociedade, que exigem maior transparência das entidades. Assim Moura *et al* (2020) asseveram que a contabilidade deve apresentar aos usuários das demonstrações contábeis outras informações além daquelas exigidas por lei, sendo este um benefício para a sociedade.

Não alheio a estes anseios, o Conselho Federal de Contabilidade, publicou em 2004 a Norma Brasileira de Contabilidade T 15, nominada Informações de Natureza Social e Ambiental, que tem o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Conforme CFC (2004), entende-se como informações de natureza social e ambiental: a) a geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.

A geração e distribuição da riqueza é apresentada por meio da DVA, demonstração obrigatória pela legislação das sociedades anônimas, mas facultativa para as demais entidades. Esta demonstração será apresentada no tópico seguinte.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado

Por meio da reforma na Lei das Sociedades Anônimas no ano de 2007, com a publicação da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, surge a obrigatoriedade legal de publicação da Demonstração do Valor Adicionado, porém tal obrigação se faz apenas às sociedades anônimas de capital aberto, ou seja, àquelas que negociam ações em bolsas de valores.

Conforme Brasil (2007), a DVA demonstra o valor da riqueza gerada pela companhia e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo. O Conselho Federal de Contabilidade (2008) recomenda que esta demonstração seja publicada por todas entidades que divulguem as demonstrações contábeis.

A DVA é dividida em duas partes, onde a primeira parte deve apresentar detalhadamente a riqueza criada pela entidade, esta riqueza, inclui os valores recebidos em transferência, ou seja, a riqueza que não foi gerada pela própria entidade, mas sim por terceiros e a ela transferida (CFC, 2008). A segunda parte a DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída.

Os dados que comporão esta estrutura serão coletados na demonstração das variações patrimoniais (DVP) que está presente no tópico 2.3.

Quadro 01 – Estrutura Dividida da DVA

Divisão da Demonstração do Valor Adicionado	
1ª parte – Valor Adicionado	2ª Parte – Distribuição do Valor Adicionado
1) Receitas	8) Distribuição do Valor Adicionado
2) Insumos Adquiridos de Terceiros	8.1) Pessoal
3) Valor Adicionado Bruto	8.2) Impostos/Taxas/Contribuições
4) Depreciação/Amortização/Exaustão	8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros
5) Valor Adicionado Líquido	8.4) Remuneração de Capitais Próprios
6) Valor Adicionado Recebido em Transferência	Os valores dos itens 7 e do item 8 devem ser exatamente iguais
7) Valor Adicionado Total a Distribuir	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CFC (2008)

Os dados que comporão esta estrutura serão coletados na demonstração das variações patrimoniais (DVP) que está presente no tópico 2.3.

2.3 Demonstração de Variações Patrimoniais

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2016), os relatórios contábeis de propósitos gerais, também denominados demonstrações contábeis, são peças centrais da transparência da informação contábil das entidades do setor público, aprimorando-a e favorecendo-a.

Estas demonstrações são elaboradas para atender às necessidades dos usuários de forma geral, assim não há finalidade ou necessidade específica para determinado grupo de *stakeholders* (CFC, 2016).

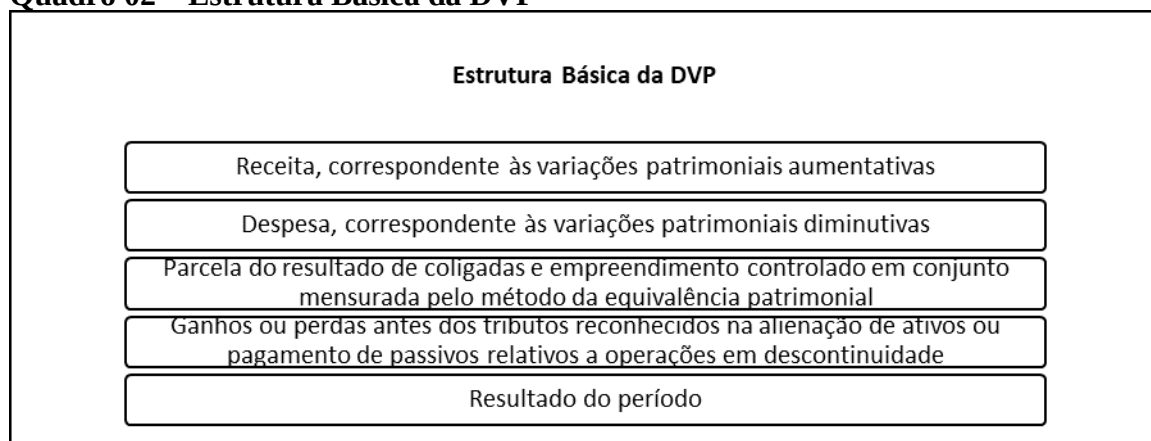
Os resultados das entidades públicas serão demonstrados no balanço orçamentário, no balanço financeiro, no balanço patrimonial, na demonstração das variações patrimoniais (BRASIL, 1964).

A demonstração de variações patrimoniais apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, sejam elas resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício (BRASIL, 1964). Este demonstrativo tem função

semelhante à demonstração do resultado do exercício (DRE) do setor privado (BRASIL, 2019) e, todos os itens de receita e de despesa reconhecidos no período contábil devem ser incluídos no resultado. (CFC, 2018)

A DVP deve incluir itens que apresentam os seguintes valores do período contábil:

Quadro 02 – Estrutura Básica da DVP



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2019)

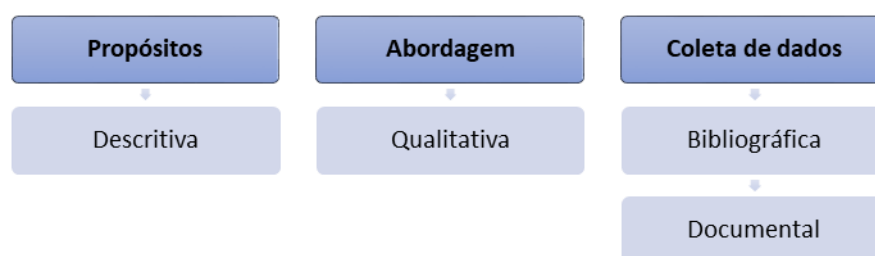
A partir dos valores inseridos na estrutura da DVP é possível elaborar a Demonstração do Valor Adicionado para a UTFPR.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico são apresentados os procedimentos metodológicos traçados para atingir os objetivos deste estudo. Quanto aos propósitos, esta pesquisa é descritiva, pois apresenta as características de um fenômeno. Quanto à abordagem, é uma pesquisa qualitativa, visto que busca a compreensão de um fenômeno em seu ambiente natural (KRIKA; SCHELLER; BONOTTO, 2016).

Quanto aos métodos para coleta dos dados é uma pesquisa bibliográfica e documental. Por ser elaborada com base em material já publicado, é uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2018), e por analisar as demonstrações contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e legislações aplicada à DVA, se trata de uma pesquisa documental.

Quadro 03 - Classificação metodológica do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor

Para elaboração da demonstração do valor adicionado, foi utilizada a demonstração de variações patrimoniais, também denominada DVP, referente aos anos de 2019 e 2020 da UTFPR, entidade objeto deste estudo.

A UTFPR é uma autarquia federal, criada pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) em Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTPR (BRASIL, 2005).

Atualmente, a UTFPR é integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, sendo a única universidade tecnológica do Brasil.

A UTFPR possui uma estrutura multicampi, com a reitoria sediada em Curitiba e treze campi espalhados pelo estado do Paraná, são eles: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procopio, Curitiba, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo.

Apresentados os procedimentos metodológicos, o tópico 4 aborda a análise dos dados.

4 ANALISE DOS DADOS

Levando em conta que as demonstrações contábeis devem proporcionar a comparabilidade entre períodos distintos, a demonstração das variações patrimoniais da UTFPR é apresentada em duas colunas, sendo uma para o exercício de 2019 e outra para o de 2020. O quadro 4 traz a demonstração de variações patrimoniais, extraída do Sistema Federal de Administração Financeira – SIAFI e dele serão obtidos os dados para compor a DVA.

Quadro 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais UTFPR 2019/2020

Demonstração de Variações Patrimoniais - DVP	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.202.401.026,27	1.250.351.196,36
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	3.146.482,61	10.995.831,25
Venda de Mercadorias	152.659,30	201.606,54
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.993.823,31	10.794.224,71
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.872,90	107.902,91
Juros e Encargos de Mora	58,32	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.814,58	107.902,91
Transferências e Delegações Recebidas	1.157.892.663,64	1.128.694.456,15
Transferências Intragovernamentais	1.149.729.475,34	1.120.203.744,01
Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.163.188,30	8.490.712,14
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	40.732.249,18	104.448.998,32
Reavaliação de Ativos	26.538.129,66	84.717.074,93
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.709.635,35	1.815.484,34
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.484.484,17	17.916.439,05
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	624.757,94	6.104.007,73
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	624.757,94	6.104.007,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.172.578.249,02	1.225.582.937,66
Pessoal e Encargos	773.600.867,85	794.027.856,55
Remuneração a Pessoal	611.923.969,22	639.766.936,95
Encargos Patronais	136.510.325,61	114.959.163,69
Benefícios a Pessoal	24.562.004,80	38.678.652,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	604.568,22	623.103,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	153.485.317,74	127.829.423,27
Aposentadorias e Reformas	128.163.695,99	115.053.748,44
Pensões	13.343.846,51	12.551.695,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	11.977.775,24	223.979,40

		Continuação
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	83.844.485,69	105.397.899,41
Uso de Material de Consumo	8.323.683,46	9.147.161,42
Serviços	60.445.257,52	78.522.231,56
Depreciação, Amortização e Exaustão	15.075.544,71	17.728.506,43
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	4.957.117,43	21.424,27
Juros e Encargos de Mora	189,30	21.366,27
Variações Monetárias e Cambiais	4.956.928,13	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	58,00
Transferências e Delegações Concedidas	111.743.233,09	125.861.105,62
Transferências Intragovernamentais	105.638.015,58	119.933.093,06
Transferências a Instituições Privadas	122.548,72	108.672,93
Transferências ao Exterior	22.309,12	19.788,14
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.960.359,67	5.799.551,49
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	8.734.856,22	48.252.080,66
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	6.962,69	3.944.579,83
Perdas Involuntárias	259.123,92	573.110,34
Incorporação de Passivos	4.622.014,76	23.035.264,82
Desincorporação de Ativos	3.846.754,85	20.699.125,67
Tributárias	76.062,13	233.051,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.210,81	12.299,43
Contribuições	68.851,32	220.752,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	36.136.308,87	23.960.096,42
Premiações	14.400,00	4.700,00
Incentivos	34.974.704,42	23.046.024,62
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.147.204,45	909.371,80
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	29.822.777,25	24.768.258,70

Fonte: BRASIL (2021)

As receitas arrecadadas tratam dos valores que foram arrecadados com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, e conforme dispõe o Conselho Federal de Contabilidade (2008) estas receitas representam aqueles valores que são reconhecidos pela contabilidade por meio do regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período.

Também são parte das receitas arrecadadas os ganhos com incorporação de ativos e desincorporação de passivos, visto que se enquadram aos saldos relativos aos ativos construídos para uso próprio, juros pagos ou creditados que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de longo prazo (CFC, 2008).

Quadro 5 – Receitas Arrecadadas UTFPR

Demonstração do Valor Adicionado UTFPR		
Ano	2020	2019
1)RECEITAS ARRECADADAS	R\$ 43.878.731,79	R\$ 115.444.829,57
Mercadorias	R\$ 152.659,30	R\$ 201.606,54
Serviços	R\$ 2.993.823,31	R\$ 10.794.224,71
Outras	R\$ 40.732.249,18	R\$ 104.448.998,32

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A segunda linha da demonstração trata dos insumos adquiridos de terceiros; na DVA, esse tópico aborda custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros, além da perda/recuperação de valores ativos (aqui, inclui-se a perda por redução ao valor recuperável dos ativos).

Quadro 6 – Insumos Adquiridos de Terceiros UTFPR

Ano	2020	2019
2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	R\$ 68.768.940,98	R\$ 87.669.392,98
2.1 Materiais	R\$ 8.323.683,46	R\$ 9.147.161,42
2.2 Serviços	R\$ 60.445.257,52	R\$ 78.522.231,56

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

O valor adicionado bruto é a diferença entre as receitas arrecadadas e os insumos adquiridos de terceiros. Dessa maneira, ele é apresentado no quadro 7.

Quadro 7 – Valor Adicionado Bruto UTFPR

Ano	2020	2019
3) Valor adicionado bruto	- R\$ 24.890.209,19	R\$ 27.775.436,59

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme apresentado, o ano de 2020 apresentou um valor negativo, não sendo objeto desta pesquisa, mas há de se frisar que a pandemia causada pela COVID-19 provocou impactos negativos em diversos setores, conforme pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (LEVY; FERREIRA; MARTINS, 2021).

Seguindo a demonstração de valor adicionado, o próximo passo é obter o valor adicionado líquido, que é a diferença entre o valor adicionado bruto e as despesas com depreciação, amortização e exaustão.

O valor adicionado líquido, então, trará o valor adicionado bruto deduzido da depreciação, amortização e exaustão nos anos de 2019 e 2020.

Quadro 8 — Depreciação e amortização — UTFPR

Ano	2020	2019
4) Depreciação/amortização/exaustão	R\$ 15.075.544,71	R\$ 17.728.506,43
5) Valor adicionado líquido 3 (-) 4	- R\$ 39.965.753,90	R\$ 10.046.930,16

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No item 6 da DVA, são apresentados os valores adicionados recebidos em transferência, ou seja, aqueles que se referem à riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, mas que tenham sido transferidos para ela por meio de terceiros. É a variação patrimonial aumentativa (VPA) mais significativa na DVP, tendo em vista que as receitas próprias não são suficientes para cobrir as despesas.

Quadro 9 – Valor adicionado total a distribuir — UTFPR

Ano	2020	2019
6) Valor adicionado recebido em transferência	R\$ 1.158.522.294,48	R\$ 1.134.906.366,79
7) Valor adicionado total a distribuir = 5 + 6	R\$ 1.118.556.540,58	R\$ 1.144.953.296,95

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme exposto no quadro 9, o valor adicionado total a distribuir em 2019 e 2020 é de R\$ 1.118.556.540,58 (escrever por extenso) e R\$ 1.144.953.296,95 (escrever por extenso), respectivamente. Esse total encerra a primeira parte da DVA, e é o valor que abre o item 8, que trata da maneira como esse valor foi distribuído, este deve ser exatamente igual ao item 7, apresentado no quadro 10.

Quadro 10 – Distribuição do valor adicionado — UTFPR

Ano	2020	2019
8) Distribuição do valor adicionado	R\$ 1.118.556.540,58	R\$ 1.144.953.296,95
8.1 Pessoal e encargos	R\$ 927.086.185,59	R\$ 921.857.279,82
8.2 Impostos, taxas e contribuições	R\$ 76.062,13	R\$ 233.051,46
8.3 Juros e aluguéis	R\$ 116.700.350,52	R\$ 125.882.529,89
8.4 Outros	R\$ 44.871.165,09	R\$ 72.212.177,08
8.5 Superávit retido	R\$ 29.822.777,25	R\$ 24.768.258,70

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O item 8.4, denominado “Outros”, apresenta a distribuição de premiações, desincorporação de ativos, incentivos distribuídos.

O valor adicionado em percentuais pode ser verificado no quadro 11.

Quadro 11 – Percentual da distribuição do valor adicionado

	2020	2019
Distribuição do valor adicionado	100%	100%
Pessoal e encargos	82,88	80,51
Impostos/taxas/contribuições	0,01	0,02
Juros/aluguéis	10,43	10,99
Outros	4,01	6,31
Superávit retido	2,67	2,16

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A distribuição de valor adicionado com pessoal e encargos é a que representa o maior percentual, informação que é de grande utilidade para a população; entre 2019 e 2020, houve um aumento de 2,37% nessa distribuição.

Quando se refere aos tributos, houve redução de 0,01%, é o item com menor participação, nenhuma surpresa, visto a imunidade tributária da UTFPR, salvo exceções.

Com a divulgação destas informações agrupadas, a universidade tende a economizar tempo respondendo demandas de acesso à informação, além de tornar mais confortável a leitura e interpretação de sua geração e distribuição de riqueza para a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os anseios da população pela prestação de contas das entidades, especialmente as públicas, a publicação e divulgação de um relatório contábil que demonstre a riqueza gerada e a forma que esta foi distribuída pode ser um diferencial para a sociedade.

Este artigo teve como objetivo apresentar e analisar um modelo de demonstração do valor adicionado para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A análise foi feita com base em dados extraídos da demonstração de variações patrimoniais e alocados nas células da RAGC, v.9, n.42, p.112-123 /2021

DVA, assim foi possível comparar os exercícios de 2019 e 2020. Verificou-se que a distribuição do valor com pessoal tem o maior percentual, sendo mais de 80% da riqueza gerada. O superávit retido, tem um percentual de menos de 3%, demonstrando que 97% da riqueza gerada é distribuída.

A apresentação da DVA pode trazer economia de tempo, perante as demandas de acesso à informação, além de melhorar a leitura e interpretação acerca das informações referentes à riqueza criada e distribuída, bem como os detalhes desta distribuição para diversos *stakeholders*.

Este artigo contribui para futuros estudos sobre a DVA aplicada ao setor público, assim sugere-se a aplicação deste modelo e verificação de seus benefícios a outras instituições federais de ensino e outros órgãos da administração pública em todos os níveis da administração pública.

REFERÊNCIAS

ALONSO-ALMEIDA, M. D. M. *et al.* **Journal of Cleaner Production**. 2015. Disponível em:

<<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652614001498?via%3Dihub>>.

Acesso em: 29 agosto 2021.

AUGUSTINHO, S. M. **A Nova Contabilidade Pública Brasileira como Instrumento de Controle Social para a "Governança" do Estado: um estudo sobre a compreensão da evidenciação das demonstrações contábeis públicas pelos líderes comunitários da cidade de Curitiba no ano de 2013**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/726/1/CT_PPGPGP_M_Augustinho%20Sonia%20Maria_2013.pdf>. Acesso em: 29 agosto 2021.

CFC, (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). **NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental**. Brasília (DF), 2004. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf>. Acesso em 29 agosto 2021.

CFC, (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). **NBC TG 09: Demonstração do Valor Adicionado**. Brasília (DF), 2008. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1138.pdf>. Acesso em: 29 agosto 2021.

CFC, (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE). **NBC TSP: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público**. Brasília (DF), 2016. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>>. Acesso em: 29 agosto 2021.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 1, p. 77-92, 2017. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/view/2990/2409>>. Acesso em 29 agosto 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018

HEISSLER, I. P.; VENDRUSCOLO, M. I.; SALLABERRY, J.D. A evolução da contabilidade ao longo da história do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 17, n. 34, p. 4-25, jul/dez. 2018. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DWmr1G9QnbAJ:https://core.ac.uk/download/pdf/229768282.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 30 julho 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones Unad**, v. 15, p. 1-19, 2016. Disponível em: <<https://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/viewFile/1455/1771>>. Acesso em 29 agosto 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em 30 julho 2021.

BRASIL. **Lei 11.184**, de 7 de outubro de 2005. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11184.htm>. Acesso em 30 julho 2021.

BRASIL. **Lei 11.638**, de 29 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em 29 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484>. Acesso em 29 agosto 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Sistema Integrado de Administração Pública (SIAFI)**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://siafi.tesouro.gov.br/senha/public/pages/security/login.jsf>>. Acesso em 29 agosto 2021.

MOURA, T. *et al.* Balanço social: panorama das publicações nacionais na plataforma SPELL entre os anos de 2015 e 2019. In: GOMES, M. A. S. (Org.). **Engenharia de produção: inovação, produção e sustentabilidade 2**. 1. ed. Ponta Grossa: Ava Editora, 2020. cap. 2, p. 32-51. DOI: 10.47573/aya.88580.2.12.2.

REIS, L.; RIGO, V. P.; FARINON, K. Disclosure nos relatórios de sustentabilidade de empresas do novo mercado da Bovespa em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável publicados pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, RN, v. 12, n. 1, p. 88-108, jan/jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/17379>>. Acesso em 02 janeiro 2021.

SÁNCHEZ, R. G.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Are australian universities making good use of ICT for CSR reporting? **Sustainability**, v. 7, n. 11, p. RAGC, v.9, n.42, p.112-123 /2021

14895-14916, nov. 2015. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/7/11/14895>. Acesso em: 29 agosto 2021.

SILVA, J. C. S. *et al.* Contabilidade ambiental: contribuições para uma gestão contábil sustentável. In: SOISTAK, J. (Org.). **A contabilidade como instrumento de gestão**. Ponta Grossa: Aya Editora, 2021. cap. 5, p. 76-91. DOI: 10.47573/aya.88580.2.17.2.